MONTEPIO E MEIO-SÓLDO — IRMÃ SOLTEIRA

— O meio-sólido não é propriamente uma pensão; é uma parte dos vencimentos percebidos pelo oficial que, independentemente de contribuição, se transmite, após o falecimento d'ele, a um certo número de pessoas de sua família, relacionadas na lei que o instituiu, obedecendo-se à ordem nela estabelecida.

— Não havendo sido incluídas, por texto de lei, as irmãs dos militares entre os beneficiários do meio-sólido, não lhes assiste direito a essa pensão.

— Interpretação do art. 2.º da Lei n.º 632, de 6-11-1899.

PROCESSO N.º 13.546

Processo de concessão de montepio e meio-sólido a Anatilde Augusta de França, irmã solteira de Juvenal Augusto de França, 2.º Tenente reformado do Polícia Militar do Distrito Federal, com despesa de Cr\$ 3.043,70, à conta de "Novas Pensões" (PG. 13.546). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, a fim de excluir-se do título o meio-sólido, concedido com a pensão de montepio. Assim decidiu de acôrdo com o voto escrito do Sr. Ministro Relator, proferido nos seguintes termos :

"1 — O Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal mandou expedir (fls. 13), em favor de Anatilde Augusta de França, irmã solteira de Juvenal Augusto de França, segundo tenente reformado daquela corporação, falecido a 17 de março de 1944 (fls. 3), o título provisório de pensão de montepio militar, fixada em Cr\$ 216,70, e com a inclusão nêle do meio-sólido, na importância de Cr\$ 60,00, pagos mensalmente (fls. 21).

Dito oficial faleceu em estado de solteiro (fls. 3), sem deixar descendentes ou ascendentes (fls. 5).

2 — A Diretoria da Despesa Pública transformou, mediante apostila, o mesmo título em definitivo, na forma do disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.943, de 10 de outubro de 1944 (fls. 21v.).

3 — Remetido o processo ao Tribunal, para o julgamento da legalidade da concessão "da pensão de meio-sólido e de montepio", ex-vi do art. 1.º do Decreto-lei citado, o Sr. Diretor (da Segunda Diretoria) emitiu parecer nestes termos (fls. 29v.) :

"Não podem ser registradas as pensões de montepio, de Cr\$ 216,70, e meio-sólido, de Cr\$ 60,00, concedidas a Dona Anatilde Augusta de França, irmã solteira do 2.º tenente, reformado, da Polícia Militar do Distrito Federal, Juvenal Augusto de França : a de meio-sólido, por não terem as irmãs direito à pensão

dessa espécie; a de montepio por estar concedida em título único, comum às duas pensões e não constando do processo o calculo isolado de sua despesa, no corrente exercício, como quer o Decreto-lei n.º 6.943, de 10 de outubro de 1944”.

O Sr. Dr. Procurador opinou pelo registro (*ibidem*).

4 — Após proferir o meu voto, cuja conclusão era no sentido de se mandar proceder a uma diligência, a fim de que fôsse excluído do título o meio-soldo, indevidamente concedido, deliberou o Tribunal, por proposta do Sr. Ministro Oliveira Lima, pedir novo parecer ao Sr. Dr. Procurador.

5 — Impressionou-se o Tribunal com a leitura, feita durante a discussão, da Lei n.º 632, de 6 de novembro de 1899, transcrita por Gitaí de Alencastro, em seu livro *Pensões do Estado*, á pág. 503.

O art. 2.º da referida lei tem ali a redação seguinte :

“Ficam equiparadas as mães viúvas às irmãs solteiras dos militares falecidos, para o efeito da percepção do montepio e meio-soldo, de acôrdo com a lei”.

Há, nessa transcrição, manifesto engano, em que incide o autor mais de uma vez.

“As mães viúvas estão equiparadas às irmãs solteiras dos militares falecidos, para o efeito da percepção do montepio e meio-soldo — Lei n.º 632, de 6 de novembro de 1899” (*op. cit.*, pág. 682).

“Mãe viúva — E’ equiparada às irmãs solteiras dos militares falecidos, para o efeito da percepção do montepio e meio-soldo de acôrdo com a lei. — Lei número 632, de 6 de novembro de 1899”. (*Op. cit.*, pág. 692).

A lei não iria equiparar a mãe do official falecido, que se achar em estado de viuvez e era por êle alimentada — cujo direito à percepção do meio-soldo já assegurava a Lei de 6 de novembro de 1827, na falta de viúva ou filhos do mesmo official (art. 2.º) — às suas irmãs, aí não contempladas.

6. O que fêz a referida lei foi colocar em igualdade de situação : a mãe legítima, em estado de viuvez, ou a mãe ilegítima, mas solteira, do official falecido, desde que fôsse por êle alimentada.

E’ isso que está expresso, como se verá.

7. Diz o art. 2.º da Lei n.º 632, de 6 de novembro de 1899 (*in Diário Oficial*, de 10 de novembro de 1899, pág. 9.217) :

“Ficam equiparadas às mães viúvas as mães solteiras dos militares falecidos, para o efeito da percepção do montepio e meio-soldo, de acôrdo com a lei”.

8. Sòmente a lei de 23 de setembro de 1795, que foi revogada pela Lei de 6 de novembro de 1827 (art. 7.º), autorizava a concessão do “meio-soldo às irmãs donzelas” dos officiaes, se, por morte dêles, não “ficassem viúvas-filhas, no estado de donzelas ou viúvas, ou mães, no estado de viuvez”, sendo o “meio-soldo de seu irmão repartido por tôdas igualmente” (art. 8.º).

9. Nem se diga que, pelo fato de determinar a Lei n.º 652, de 6 de novembro de 1899, no art. 6.º, “em falta de irmãs solteiras, gozarão da pensão as irmãs viúvas”, cabe a uma ou às outras, sucessivamente, o meio-soldo deixado pelo irmão.

O meio-soldo não é propriamente uma pensão; é uma parte dos vencimentos percebidos pelo official que, independentemente de contribuição, se

transmite, após o falecimento d'ele, a um certo número de pessoas da sua família, relacionadas na lei que o instituiu, obedecendo-se à ordem nela estabelecida.

Aquella disposição se refere à pensão de montepio, de que trata especialmente dita lei.

10. O Decreto n.º 695, de 28 de agosto de 1890, que criou o montepio "para as famílias dos officiaes do Exército", mandado também applicar em relação às famílias dos officiaes da Armada e classes anexas (Lei n.º 288, de 6 de agosto de 1895), talvez por o sujeitar à contribuição, estendeu o seu beneficio a um maior número de pessoas e com outras vantagens para ellas, não previstas na Lei de 6 de novembro de 1827.

A pensão do montepio militar, que corresponde igualmente à metade do meio-soldo, isto é, a um terço dos seus vencimentos, é calculada pela tabela de vencimentos resultante do Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943 (art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.280, de 17 de fevereiro de 1944, combinado com o art. 75, § 2.º, do Decreto-lei n.º 3.864, de 24 de novembro de 1941).

Entretanto, o meio soldo (Lei de 6 de novembro de 1827) passou a ser calculado, por força do disposto no art. 34, da Lei n.º 2.290, de 13 de dezembro de 1910, pela Tabela A. anexa à mesma lei, ainda em vigor.

11. Não tenho, ainda, motivo para modificar o meu voto, já proferido na sessão anterior, realizada a 9 de março último.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1945. — A. *Alvim Filho*, Relator.
— Foi o voto qua li na assentada da sessão de hoje, quando novamente me chegou às mãos o processo, com o parecer do Sr. Dr. Procurador, nestes termos (fla. 31) :

"I. Quanto à concessão de pensão de montepio, constante do título de fls., ratificamos o nosso parecer de fls. 29 verso, isto é, opinamos *pelo registro*.

II. Quanto à pensão de meio-soldo, com melhor estudo do caso, retificamos o nosso referido parecer, e, assim, *opinamos pela recusa do registro*.

O meio-soldo do Exército foi criado pela Lei de 6 de novembro de 1827, segundo a qual os beneficiários da pensão eram :

1.º — as viúvas; 2.º — as filhas solteiras e filhos menores; 3.º — as mães, observadas as condições impostas na lei.

O Decreto n.º 3.607, de 10 de fevereiro de 1866, estabelecendo a forma de habilitação, não alterou a ordem de successão dos beneficiários.

No Decreto n.º 475, de 11 de junho de 1890, o meio-soldo foi tornado extensivo aos officiaes da Armada, sem a inclusão de novos beneficiários.

Não tendo essas e outras leis incluído as *irmãs dos militares* entre os beneficiários do meio-soldo, se tem entendido sempre que não lhes assiste o direito a essa pensão. E' o nosso parecer".

O Sr. Ministro Oliveira Lima sugeriu agora outra diligência : — verificar-se se o Tribunal de Contas já se pronunciou em espécie idêntica à do processo.

Ainda que fôsse favorável, ao interesse da beneficiária, a jurisprudência do Tribunal, ella não deveria ser adotada, desde que deixava de subordinar-se ao texto de lei.

Devo consignar, sem falsa modéstia, que tenho contribuído (procurando sempre enunciar os meus votos sob o aspecto doutrinário, exclusivamente) para a modificação da jurisprudência do mesmo Tribunal, em vários casos submetidos ao seu exame ou julgamento. — *A. Alvim Filho*.

Foram votos vencidos os Srs. Ministro Oliveira Lima e Silvestre Péricles, nos seguintes termos: "Votamos pelo registro da concessão, porque, não tendo o Tribunal concedido a diligência proposta, não há razão bastante para denegar-se a pensão de meio-soldo constante do título a que se refere o processo".